

## **CONTRIBUTO DA CGTP-IN**

### **Conferência da Primavera “Pequenas e Médias Empresas”**

As pequenas e médias empresas representam uma parte importante da economia nacional, quer em termos de riqueza criada quer em termos de emprego. Acresce que parte substancial da criação de emprego nas últimas décadas tem resultado do contributo das PME que, de algum modo, têm compensado a diminuição de emprego nas Grandes Empresas e a deslocalização para outros territórios de multinacionais que operavam em Portugal.

No entanto, a crise económica recente terá afectado de maneira dramática muitas dessas empresas, e terá potenciado as suas dificuldades estruturais, designadamente: (i) uma insuficiente disponibilidade de capitais próprios e de acesso a recursos financeiros; (ii) uma falta de quadros e de qualidade da gestão, ao nível do planeamento, da organização, da liderança e motivação dos trabalhadores e da própria monitorização e controle adequado dos resultados das actividades que desenvolvem; (iii) uma fraca qualificação e praticamente ausência de formação continuada dos activos; (iv) uma cultura de aversão ao risco e ao empreendedorismo que privilegia a estabilidade e o conservadorismo; (v) uma ausência de apostas claras na inovação (tecnológica e social), na I&D de novos produtos, de novos processos e de novos mercados (mesmo até da introdução de melhorias incrementais); (vi) um fraco envolvimento em parcerias nacionais e internacionais para ganhar novas capacidades e acesso a economias de escala e de aprendizagem; (vii) políticas efectivas de pessoal assentes nos baixos salários e na fraca participação e envolvimento dos recursos humanos; (viii) um deficiente aproveitamento de instrumentos de apoio financeiro ou outro, possibilitados pelas políticas públicas, muitas vezes desajustadas da realidade das PME. A CGTP-IN está segura que as perspectivas do PEC de uma praticamente estagnação económica e de uma degradação das condições sociais da generalidade da população e maiores dificuldades de crédito que se avizinhm agravarão ainda mais este rol de dificuldades.

Certamente que existem excepções e que algumas empresas apresentam características diversas, em particular as mais jovens e ligadas sobretudo às novas tecnologias e às energias renováveis - e mesmo algumas destas enfrentam problemas sérios de dimensão e desenvolvimento futuro -, mas este quadro geral das PME revela-se muito pouco animador em termos de competitividade e de sustentabilidade do tecido económico e social, em particular, o de natureza essencialmente produtivo (agricultura e indústria). A insegurança e precariedade do trabalho, a fraca qualidade do emprego, a não efectivação dos direitos do trabalho e o incumprimento da contratação colectiva e, em geral, da legislação do trabalho, o incremento das desigualdades sociais e o aumento do desemprego para níveis insustentáveis são a face social desta realidade do país e das PME.

Existe um reconhecimento generalizado quanto à deficiente utilização de parte substancial dos fundos comunitários dos anteriores quadros comunitários de apoio, cujo impacto no aumento da competitividade e na qualificação dos trabalhadores, e da população em geral, teria ficado aquém do que seria expectável. Em particular, a incidência destes fundos na realidade das PME tem sido mesmo inferior ao peso que estas representam no tecido económico do país, beneficiando sobretudo grandes empresas, muitas delas multinacionais, que mais tarde se deslocalizaram e criaram problemas sérios ao nível do emprego directo e indirecto e do próprio desenvolvimento regional em algumas áreas do país.

Também a nível do QREN 2007-2013, existem fundamentadas razões de preocupação, desde as baixas taxas de execução dos vários Programas Operacionais até às próprias orientações e prioridades de investimento estabelecidas. Quando estamos a metade do período de aplicação do QREN e apesar de ¾ dos fundos comunitários estarem já comprometidos, a verdade é que em termos de execução financeira a taxa rondará apenas os 10%, o que evidencia as dificuldades das empresas em prosseguir atempadamente os investimentos e projectos aprovados. Acresce que numa situação de crise como a actual se justificaria alguma reorientação do investimento, que claramente privilegiasse o apoio à economia real, às PME de carácter produtivo e/ou industrial com potencial exportador ou de substituição de importações, que actuassem respeitando os direitos dos trabalhadores e que constituíssem uma nova vaga de re-industrialização do país com impacto substancial no aumento da competitividade e do crescimento sustentável da economia. Seria interessante que as análises intercalares a efectuar e as bases de dados disponibilizados nos vários sites do QREN informassem, designadamente, sobre a criação de emprego e o tipo de emprego inerente a um cada dos projectos financiados por dinheiros públicos, o tipo de empresa e de actividade apoiada, as metas de produtividade, o aumento de vendas para o mercado interno e para o mercado externo, e bem assim, o real impacte em termos de desenvolvimento regional. Esta exigência de maior transparência e de melhor monitorização permitiria a introdução dos ajustamentos adequados no sentido de potenciar ao máximo o crescimento sustentável, a competitividade da economia e a qualificação dos recursos humanos.

É um facto que têm existido alguns progressos nas políticas públicas que contribuíram para a melhoria das condições envolventes em que se movem as PME. Alguma simplificação dos processos administrativos e do licenciamento, a utilização mais eficiente de tecnologias de comunicação ao dispor das empresas e dos cidadãos, o encurtamento dos prazos de recebimento do Estado, as apostas nas renováveis e nos parques escolares são áreas importantes de evolução positiva. Mas não é menos verdade que subsistem dificuldades importantes, designadamente, quanto ao funcionamento da justiça, à defesa e desenvolvimento da concorrência e à transparência das acções por parte das entidades reguladoras, aos elevados preços da energia e dos custos de crédito suportados pelas PME e que limitam o seu desenvolvimento. Acresce que as PME enfrentam muitas vezes fornecedores, e sobretudo clientes, com elevado poder negocial devido a situações monopolistas que esmagam as margens e ameaçam muitas vezes a própria sobrevivência das PME.

Numa época em que grande parte da intervenção dos Estados na economia se realiza pela via da regulação faz todo o sentido que a constituição e o funcionamento das entidades reguladoras sejam rodeados de grandes cuidados e rigor para que possam cumprir as funções que lhe estão cometidas com total transparência, seja ao nível da promoção duma sã concorrência ou da defesa dum justo equilíbrio entre os vários interesses em presença, em particular o interesse dos trabalhadores, dos cidadãos e dos consumidores. Esta questão é tanto mais pertinente quanto as estruturas em alguns dos mercados existentes são, ou se aproximam de verdadeiras estruturas monopolistas, como é o nosso caso.

Em matéria de regulação, existem sérias preocupações quanto ao real poder do Estado e das entidades reguladoras em fazerem prevalecer os interesses dos cidadãos e dos consumidores. De facto, em variados sectores são sobretudo os interesses dos grandes protagonistas económicos que são privilegiados em prejuízo das PME e das actividades produtivas, dos consumidores e dos cidadãos (Banca e Seguros, Transportes e Comunicações, Telecomunicações, Energia, Saúde, etc).

Lisboa, 20 de Abril de 2010